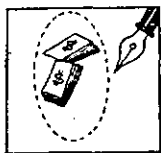


# Nordeste quer prioridade na repartição de recursos

BRASÍLIA — O Nordeste merece um tratamento prioritário na questão tributária, de acordo com recado do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, ao relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, deputado José Serra (PMDB-SP), por telefone. Tasso Jereissati, governador do Ceará, tentou várias vezes falar com Serra e não conseguiu. Através de intermediários, reforçou a posição do colega pernambucano em defesa dos interesses da região. Eles lideram a "contrapressão ao Sul", para garantir privilégios na distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados no substitutivo que será apresentado até a noite de hoje por Serra e votado a partir de amanhã pelos 62 integrantes da comissão temática.



Em reservada reunião na tarde de ontem com técnicos da Sudene, representantes da bancada nordestina da Comissão do Sistema Tributário constatavam ter votos suficientes (32, portanto a maioria absoluta) inclusive para rejeitar o substitutivo, caso o relator não aumentasse a participação dos estados do Nordeste no fundo. Pelo anteprojeto aprovado na Subcomissão de Tributos, o FPE seria exclusivo aos estados cuja renda per capita é inferior à média nacional, o que beneficiaria apenas Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Serra reservou apenas um percentual de 20% do fundo para ser distribuído sob este critério.

Em seu substitutivo, Serra fixou que 18% do produto da arrecadação dos impostos da União seriam reservados ao FPE. O Nordeste aceita negociar em cima do aumento desse percentual para 23%, sendo que 17% iriam para Norte e Nordeste e 6% para o resto do país. Esta é uma das várias emendas apresentadas pela bancada

nordestina, com o intuito de negociar. Mas isto significa mais perdas para a União, que já terá de entregar 22% da arrecadação tributária através do Fundo de Participação dos Municípios e 2% para aplicação nas regiões Norte e Nordeste, segundo o substitutivo do relator.

**Aliança** — A luta nordestina envolve ainda a questão orçamentária, tema que foi discutido pela Subcomissão de Orçamento e Finanças, cujo relator foi o deputado José Luiz Maia (PDS-PI). Sua proposta de regionalizar o orçamento da União e de que a alocação de recursos obedecesse ao critério da proporcionalidade populacional não foi incluída por Serra em seu substitutivo. O terceiro relator da história — o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SPO) — surge, aí, como um possível aliado. Ele sugeriu negociar o apoio dos votos nordestinos para retirar uma palavra do substitutivo de Serra, em troca do apoio de seu grupo às reivindicações dos estados mais pobres.

O fato é que o relator da Comissão extinguiu a carta patente (que o Banco Central vende para abertura de instituições financeiras), mas escreveu que a autorização para funcionamento de novos bancos "poderá ser concedida". Gasparian quer a retirada da palavra "poderá", a fim de que a autorização seja irrestrita.

De outro lado, encontram-se os estados mais desenvolvidos, que não admitem perder o Fundo de Participação dos Estados, nem 5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (dispositivo que os beneficia diretamente) e nem a possibilidade de cobrarem um adicional de 5% do Imposto de Renda. Flutuando entre os dois lados — e buscando votos de ambos, segundo o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS) — estão Rio Grande do Sul, que quer a criação de um Fundo de Ressarcimento pelos produtos que exporta e, por isso, são isentos de tributos.

## Regiões lutam por maior fatia

Do chimarrão à rapadura, todo o país estará devidamente representado, amanhã, durante a votação do substitutivo do deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Cada governador terá, ali, enviados especiais com a missão de defender os seus interesses — ou melhor, seus cofres.

Serra foi o relator de comissão temática sobre quem mais pesaram as pressões regionais. Todos os governadores estão de olho na repartição do bolo (tributário). Cada região quer uma fatia maior, e dessa disputa emergiu o velho conflito entre os estados ricos e pobres do país.

O primeiro round deu-se já na instalação da Subcomissão de Tributos, Distribuição e Fiscalização da Receita, quando saiu vitorioso o Nordeste. Numa manobra de sua bancada, a subcomissão derrotou a chapa oficial negociada pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que reservava o cargo de relator a um representante do Sul, o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS).

A chapa alternativa, encabeçada pelo deputado Benito Gama (PFL-BA), foi eleita, e o deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) designado relator. Não é de estranhar que o Nordeste seja a região mais organizada nesta briga. Os nordestinos apostam sua redenção na

reforma tributária a ser definida pela futura Constituição. A região quer, basicamente, receber uma quota maior do Fundo de Participação dos Estados.

**Fundo especial** — Os estados desenvolvidos, por sua vez, não aceitam ficar nus, enquanto o Nordeste se veste. Num meio-termo, encontram-se os estados do Sul — principalmente o Rio Grande do Sul e Santa Catarina —, que alegam estar sendo tratados como ricos, quando estão em situação penosa. São tipicamente exportadores e, como existem atualmente imunidade total sobre os produtos industrializados remetidos para o exterior e isenção específica para determinados produtos não industrializados que são exportados, lutam pela criação de um fundo de ressarcimento pelos seus prejuízos.

Enquanto o relator José Serra se esconde para elaborar um substitutivo que concilie os interesses regionais, cada bancada se organiza para a votação. Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aliadas, contam com 32 votos na comissão. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm apenas seis representantes para lutar por seu "Fundo de Ressarcimento", mas, segundo Irajá Rodrigues (PMDB-RS), "representantes das bancadas de outros estados estão sendo sensibilizados". Ao todo, são 62 votos na comissão temática, divididos por região e não — como na maioria das demais comissões — por ideologia.